

Sector solidário vai absorver mais emprego

Em entrevista à IPNews - Vida Económica, o Padre Lino Maia, Presidente da Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade (CNIS), afirmou que há a expectativa de nos próximos dois anos entrarem no sector mais 25 000 a 30 000 trabalhadores. Ainda, sublinhou a necessidade de se construírem pontes entre os três sectores.

IP News - Vida Económica: Qual é o peso do sector solidário?

Padre Lino Maia: Só filiadas na CNIS são 2700 instituições. Tenho vindo a falar sempre de 200 000 trabalhadores, mas penso que estes números estão já desactualizados – têm crescido. No conjunto das instituições já ultrapassámos os 600 000 utentes. Com os novos equipamentos que se estão a erguer – creches e lares -, há a expectativa de que nos próximos dois anos entrem neste sector mais 25 000 a 30 000 trabalhadores. Não só indiferenciados, como trabalhadores com qualificações superiores.

IP: No Congresso Sobre Inovação Social realizado no Porto, no final do ano passado, afirmou que não pede mais ao Estado, mas que o Estado faça fazer.

PLM: Sim, o que é importante é que os serviços sociais sejam prestados. E se a comunidade se organiza para os prestar, o ideal é que seja a comunidade a prestá-los. Mas o Estado não pode estar alheado. Tem que

haver uma Carta de Direitos Sociais e uma garantia de que esses direitos vão ser respeitados e servidos. O Estado tem que ser chamado de algum modo a organizar, a coordenar, a apoiar esses serviços, também financeiramente, e a suprir quando eles não são prestados. Quando digo apoiar financeiramente, coloca-se a questão – integralmente ou não? O discurso normal das instituições é de que o Estado deve financiar não totalmente, mas, quando possível, muito. O caminho a percorrer é para que – não prescindindo do apoio do Orçamento do Estado – as instituições criem formas de auto-sustentação. Isto obriga a uma alteração do enquadramento legal deste sector, porque criando formas lucrativas tem que haver cuidado para que não haja concorrência desleal.



Padre Lino Maia, Presidente da Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade (CNIS)

IP: O que pensa sobre o relacionamento entre os três sectores?

PLM: Olha-se para os três sectores e tem-se por vezes uma visão maniqueísta: de que o sector público é preguiçoso e vem buscar os impostos, de que o sector privado rouba o mais que pode e que nós, o sector solidário, somos os bonzinhos no meio disto tudo. Porque damos e recebemos pouco e continuamos a prestar serviços. É preciso ultrapassar esta visão. O privado lucrativo é absolutamente necessário, cria riqueza, não é o mau da fita. Temos que esbater estas marcas que nos fazem olhar uns para os outros com suspeita. É preciso que se façam pontes – são absolutamente necessárias, e é importante que todos nos vejamos mais e melhor. ●

ÍNDICE

Notícias	pág. 2
Da filantropia ao Investimento Social	pág. 3
Qualidade e Certificação no 3º sector	pág. 4
Programas, Prémios e Incentivos	pág. 5
Inovação Social	pág. 6
Agenda	pág. 6

EDITORIAL

A Newsletter IPNews tem como objectivo disponibilizar informação útil a organizações do terceiro sector e a empresas comprometidas com a responsabilidade social ou interessadas em desenvolver trabalho nesta área.

De uma forma cómoda e sem custos, o subscritor receberá mensalmente na sua caixa de correio electrónico notícias actuais, informações sobre apoios, programas e incentivos disponíveis e serão explorados temas como a Qualidade no Terceiro Sector, a Filantropia e o Investimento Social, a Responsabilidade Social, a Inovação e o Empreendedorismo Social.

A Newsletter IPNews é um dos suportes de informação do projecto ImpulsoPositivo, nascido no seio do Grupo Editorial Vida Económica, em Janeiro de 2010, com a missão de gerar informação útil que permita às organizações gerarem maior impacto social através da sua actividade e de projectos desenvolvidos preferencialmente em parceria.

Boa leitura e muitas parcerias com impacto social!

Raquel Campos Franco

Conheça a nova livraria online da Vida Económica.

<http://livraria.vidaeconomica.pt/>



Faça o seu registo até 31.05.2010 e receba um vale desconto no valor de € 5

Prestação anual da informação sobre a actividade social da empresa – prorrogação



O relatório único, que deve ser entregue por via electrónica usualmente entre 16 de Março e 15 de Abril do ano seguinte àquele a que respeita, viu este ano de 2010 o seu **prazo limite excepcionalmente prorrogado para dia 15 de Maio**. O Anexo C (informações sobre formação contínua) e o Anexo F (trabalhadores independentes) deverão ser entregues a partir de 2011. As entidades empregadoras têm de estar autenticadas no site do GEP – Gabinete de Estratégia e Planeamento, para que possam aceder aos formulários e proceder à sua validação e entrega.

Esta informação anual reúne informações até agora dispersas respeitantes, por exemplo, ao quadro de pessoal, à comunicação trimestral de celebração e cessação de contratos de trabalho a termo, à relação semestral dos trabalhadores que prestaram trabalho suplementar, ao relatório da formação profissional contínua, ao relatório da actividade anual dos serviços de segurança e saúde no trabalho e ao balanço social. ●

[Ver Documento PDF](#)



Parlamento Europeu reconhece Economia Social

O Jornal Oficial da União Europeia publicou a 25 de Março de 2010 a Resolução do Parlamento Europeu, de 19 de Fevereiro de 2009, sobre a economia social. Nesta Resolução o Parlamento faz referência a múltiplos níveis de reconhecimento, desde o reconhecimento do conceito de economia social ao reconhecimento jurídico (abordando a questão dos estatutos europeus para as associações, as fundações e as sociedades mútuas), ao reconhecimento estatístico e ao reconhecimento como parceiro social. De entre vários desafios e convites dirigidos à Comissão Europeia e aos Estados membros, o Parlamento:

- insta a Comissão a zelar para que as características da economia social (objectivos, valores e métodos de trabalho) sejam tidas em conta na elaboração das políticas da UE;
- solicita à Comissão que convide os participantes na economia social a aderirem a instâncias permanentes de diálogo e a participarem e colaborar com os grupos de peritos de alto nível que possam ocupar-se de questões relativas à economia social;
- convida à criação de programas que promovam a experimentação de novos modelos económicos e sociais, ao lançamento de programas-quadro de investigação e à integração das temáticas associadas à economia social nos convites à apresentação de propostas no âmbito do Sétimo Programa-Quadro;
- solicita aos Estados-Membros que prevejam projectos de formação no ensino superior e universitário, bem como na formação profissional, destinados a transmitir o conhecimento da economia social e as iniciativas empresariais fundadas nos seus valores. ●

[Ver artigo completo](#) ➔

Aprovada a construção de 26 creches na Região Norte

O Programa Operacional do Norte aprovou no início do mês de Março um investimento de 9 milhões de Euros na construção de 26 creches para a Região, que no seu conjunto passarão a disponibilizar **1 082 novos lugares para crianças**, com a atribuição de um apoio comunitário de 6 milhões de Euros do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional. Parte significativa do investimento (7,6 milhões de Euros) será canalizada para a **construção de raiz de 22 equipamentos sociais** em localidades com lacunas na rede deste serviço, assim como para a **ampliação e remodelação de 4 unidades preexistentes**. Os promotores das creches, na sua maioria Instituições Particulares de Solidariedade Social, deverão executar os seus projectos nos próximos 2 anos. Amarante, Arcos de Valdevez, Arouca, Braga, Cabeceiras de Basto, Esposende, Felgueiras, Guimarães, Lousada, Matosinhos, Oliveira de Azeméis, Paços de Ferreira, Penafiel, Ponte de Lima, Tarouca, Viana do Castelo, Vila do Conde, Vila Nova de Gaia e Vila Nova de Famalicão são os concelhos onde se localizarão estes equipamentos. A aprovação destes projectos enquadra-se no objectivo específico da “qualificação dos serviços colectivos de proximidade” e visa o reforço do acesso a equipamentos e serviços sociais, o equilíbrio das redes locais de equipamentos, a promoção da inclusão social e o apoio à compatibilização da vida profissional com a vida familiar. ●

Criada Cooperativa António Sérgio para a Economia Social



A Cooperativa junta Estado e as principais organizações da Economia Social e tem como objectivo dinamizar o papel do terceiro sector no país. Trata-se da figura de uma cooperativa de interesse público, e resulta de uma parceria entre o Estado, que detém 60% do capital, e os principais actores do sector social português: a Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Local (Animar), a Confederação Cooperativa Portuguesa, a Confederação

Nacional das Cooperativas Agrícolas e do Crédito Agrícola, a Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade (CNIS), a União das Misericórdias Portuguesas e a União das Mutualidades Portuguesas. A cerimónia teve lugar na Fundação Oriente, em Lisboa, a 4 de Fevereiro, e contou com a presença da ministra do Trabalho e da Segurança Social, Helena André, dos secretários de Estado do Emprego, Váler Lemos, e da Segurança Social, Pedro Marques. ●



FAÇA JÁ A SUA ENCOMENDA!
e receba um vale de 10 €

SISTEMA de NORMALIZAÇÃO CONTABILÍSTICA

TEORIA e PRÁTICA

PVP 44,00 €

- A obra mais completa!
- 150 casos práticos!
- A transição do POC para o SNC

Bolsa de Valores Sociais terá 25 projectos em permanência

Celso Grecco, empreendedor social brasileiro, explicou em entrevista à IPNews - Vida Económica como nasceu o conceito de uma bolsa para projectos sociais. O criador da Bolsa de Valores Sociais propõe ainda a evolução para o conceito de investimento social.

IPNews – Vida Económica: Qual a origem da Bolsa?

CG: O pensamento de base é que não podem existir empresas bem sucedidas em sociedades falidas. Criaram-se nos anos 90 institutos importantes como o Ethos, e as empresas começaram a adoptar causas. A Bolsa de Valores do Brasil – a Bovespa –, que na época já era a mais importante na América Latina, não tinha um projecto. Então chamaram-me e disseram que precisavam de uma plataforma de responsabilidade social. A minha proposta foi: “Se vocês querem fazer algo que faça sentido para a sociedade mas para vocês também, façam algo que vocês já sabem fazer.” Na minha concepção, uma Bolsa de Valores é um ambiente de criação de valores: junta a empresa que precisa de ter capital, assumindo o compromisso de transparência, à pessoa que acredita no projecto e que quer ser accionista.

IP: Como transportou esse conceito para o terceiro sector?

CG: A ideia era reproduzir o ambiente da Bolsa para essas organizações, conectando-as a pessoas que acreditam que os projectos vão ter um lucro



Celso Grecco, empreendedor social

social, tornando-se suas accionistas. A Bolsa de Valores Sociais (BVS) nasceu assim do próprio conceito da Bolsa e fez tanto sentido que a Bovespa aprovou logo o projecto. Tornou-se em 2004 estudo de caso na ONU, e a Unesco pediu para lhe dar chancela, porque considerou que tratar a educação e a área social como investimento, e não como despesa, seria um importante ganho a nível mundial.

IP: Quando chegou o projecto a Portugal?

CG: Em 2008 vim fazer uma palestra a Portugal, e havia na plateia uma pessoa da Bolsa portuguesa que já conhecia o projecto mas tinha curiosidade em saber como seriam os bastidores. Num ano, com o apoio de duas fundações – Fundação EDP e Fundação Calouste Gulbenkian –, o projecto foi lançado em Portugal com a Euronext.

IP: Como está hoje a BVS em Portugal?

CG: Estamos com 14 projectos cotados e a ideia é chegar a 25. Quando o projecto atinge 100% de angariação dá lugar a um novo. Lançámos a Bolsa dia 2 de Novembro e fechámos Janeiro com 65 000 euros angariados. Lançámos a Bolsa muito próximo da quadra natalícia, com as empresas já sem dinheiro, e as pessoas bombardeadas por várias solicitações. Agora temos a possibilidade de apresentar a BVS sem tanta distração. A BVS é uma nova forma e nós temos o enorme desafio de mostrar a diferença entre a filantropia e o investimento social, propondo às pessoas que acompanhem o seu investimento. ●

Como funciona a Bolsa de Valores Sociais?

Portugal tem a primeira Bolsa de Valores Sociais da Europa e a segunda no mundo. Está inserida na Euronext, parceira do projecto em conjunto com as fundações EDP e Calouste Gulbenkian. Para obter informações sobre os projectos cotados em Bolsa e disponíveis para apoio aceda a www.bvs.org.pt.

O processo para uma organização social ser cotada na BVS é bastante acessível. A organização envia o projecto através da plataforma dizendo o que faz, porquê e para quem, qual o projecto que quer colocar em Bolsa, quais as razões e quanto custa. A ficha de candidatura é muito simples, sobretudo por respeito ao tempo da organização. A equipa da Atitude, a Associação criada por Celso Grecco em Portugal para servir de suporte à iniciativa, faz uma primeira leitura individual e depois colectiva do projecto. Se passar neste crivo, fazem uma entrevista telefónica e, se o projecto continuar interessante, vão ao terreno, passam um a dois dias a conversar com os beneficiários, com a equipa e vendo o local. Um dos elementos da equipa da Atitude faz um relatório, preenche um rating e apresenta o projecto a toda a equipa. Se o projecto demonstrar ser consistente, a Atitude diz à Bolsa que o projecto passou por todas as fases e que pode ser cotado. Cada acção corresponde a 1 euro e a compra efectua-se via plataforma, em nome individual ou de uma empresa. A plataforma na internet permite que todos os processos fiquem registados e que os investidores sociais acompanhem o projecto passo a passo. ●

Testemunho de um Projecto na BVS



Como instrumento estratégico de gestão da mudança, nomeadamente na procura de novas fontes de receitas, a BVS é uma ferramenta extraordinária para as Organizações do

Terceiro Sector por dois motivos: sustentabilidade, tornando-se cada vez mais independentes do factor subsidiodependência estatal; e responsabilidade social, encerrando factores críticos de sucesso organizacional face aos desafios do séc. XXI como credibilidade, transparência, accountability, avaliação, confiança.

O acompanhamento e monitorização dos projectos por parte da Equipa Técnica da BVS, garantindo que os financiamentos são efectivamente canalizados para a sua execução, incrementa o factor Confiança depositado pelos investidores que adquirirem as acções sociais. Mais do que um mero patrocínio ou doação, trata-se de solidariedade responsável e empreendedora. Os frutos estão à vista: o projecto Dianova “Educação é a Melhor Prevenção” até ao momento presente já captou um total de €2.219 de financiamento social para a primeira fase do projecto que já está a ser implementado. ●

NOTÍCIAS ON-LINE

As organizações sem fins lucrativos no caminho da profissionalização

Em entrevista à IPNews - Vida Económica, José Leitão, CEO da APCER, explica o movimento do terceiro sector no sentido da qualificação e a complementaridade entre a ISO9001 e os Manuais da Segurança Social.

IPNews - Vida Económica: Como perspectiva a questão da qualidade de no sector da Economia Social?

José Leitão: É um sector que a APCER tem acompanhado com detalhe nos últimos anos. As questões da qualidade e da certificação surgem há 20 anos em Portugal quando se tornou necessário garantir a qualidade de bens manufacturados. Em 2000 surge a ideia de que a gestão da qualidade podia ser aplicada não só a bens físicos mas

a bens imateriais. Fez-se uma revisão da norma e foi criada a ISO 9001:2000, que significou um salto qualitativo muito grande porque permitiu que organizações de serviços viessem a ser certificadas. O desenvolvimento mais recente é a chegada da certificação às organizações sem fins lucrativos. Estão a chegar à qualidade há cerca de 3 a 4 anos, implementando sistemas de gestão da qualidade e obtendo efeitos muito positivos na sua gestão.

IP: Este movimento encaixa-se num fenómeno mais amplo?

JL: Há um movimento mais geral, de profissionalização da gestão

destas organizações. Primeiro, da profissionalização da estrutura técnica, que foi posteriormente exigindo mais da estrutura voluntária de gestão destas instituições. Constatamos que as IPSS que estão certificadas têm entre os membros das suas direcções voluntárias gestores que vieram de empresas privadas certificadas. Mais recentemente, o Instituto de Segurança Social (ISS) considerou ser necessário um sistema de qualificação específico às instituições de solidariedade social. Foi criado um sistema de qualificação por níveis A, B, C, a que se chamou o sistema de certificação das respostas sociais. Baseia-se em

manuals para cada resposta social, desenvolvidos pelo ISS, que contêm dois tipos de inputs: requisitos de gestão e da prestação do serviço e disposições regulamentares. Os manuais eram indicativos, mas o ISS já faz as suas inspecções de rotina verificando se pelo menos as disposições de nível C estão a ser cumpridas, porque são as obrigatórias. É muito importante certificar as respostas sociais de acordo com estes manuais porque estabelecem regras técnicas de execução do serviço para respostas específicas. Mas se se quer fazer isso de forma consistente, então primeiro implemento um sistema de gestão da qualidade de acordo com a norma mais recente da ISO e, uma vez certificado o sistema, com facilidade se irá implementando cada uma das certificações das respostas sociais segundo os manuais. ●



Manuais e Modelos do ISS

O Instituto de Segurança Social (ISS) editou recentemente o Manual de Boas Práticas para o Acolhimento Residencial das Pessoas Mais velhas, cujos autores são o Grupo de Coordenação do Plano de Auditoria Social e o CID - Crianças, Idosos e Deficientes - Cidadania, Instituições e Direitos. Este Manual vem juntar-se a outros dois já existentes: o de Acolhimento Residencial das Crianças e Jovens e o de Acolhimento Residencial das Pessoas em Situação de Deficiência.



SEGURANÇA SOCIAL

O ISS editou também um já alargado conjunto de Modelos de Gestão da Qualidade das Respostas Sociais, aplicáveis a Acolhimento Familiar, Lar Residencial, Centro de Actividades Ocupacionais, Lar de Infância e Juventude, Centro de Acolhimento Temporário, Estruturas Residenciais para Idosos, Creches, Centros de Dia e Serviços de Apoio Domiciliário. ●

Disponíveis em [↔](#)

Disponíveis em [↔](#)

Testemunho de uma organização já certificada



PORTO

A Dra. Josefina Bazenga, presidente da APPACDM do Porto, aponta as seguintes vantagens e desvantagens que resultaram do processo de certificação da organização:

"Vantagens: 1. Permitiu que os colaboradores, nomeadamente o corpo técnico, confrontasse e partilhasse ideias, opiniões e metodologias sobre o trabalho que faziam e determinasse, em conjunto, o caminho a seguir permitindo uma melhoria contínua dos serviços; 2. Sistematização, organização e homogeneização do trabalho feito pelas diferentes equipas na

intervenção directa com os utentes; 3. Melhorou o sistema de rastreabilidade dos nossos clientes; 4. Levou à introdução do sistema de melhoria contínua que permite antecipar e/ou detectar e corrigir qualquer situação que possa interferir com o normal funcionamento; 5. Garante a quem nos procura que prestamos um serviço de qualidade focalizado nos nossos clientes. Desvantagens: 1. Acréscimo de custos para se cumprir com alguns requisitos legais (ex. Gestão Alimentar); 2. Acréscimo de trabalho significativo durante a preparação, sobretudo para os responsáveis de processos." ●

NEWSLETTERS TEMÁTICAS SUBSCRIÇÃO GRATUITA

CONHEÇA AINDA OUTRAS FONTES DE INFORMAÇÃO
MAIS ALARGADA DO GRUPO VIDA ECONÓMICA.

Aceda ao site www.vidaeconomica.pt,
e entre em Subscriver Newsletter



INOV-Social tem novo regulamento

Nos termos do novo regulamento recentemente publicado, o Programa INOV-Social tem por objectivo apoiar o processo de inovação e modernização das instituições da economia social, possibilitar aos jovens, com qualificação de nível superior, o acesso a estágios profissionais em contexto real de trabalho que facilitem e promovam as suas competências socioprofissionais e a inserção na vida activa, bem como potenciar a criação de novas áreas de emprego por parte daquelas instituições, reforçando a articulação entre o mercado de emprego e o sistema de educação-formação.

Destinatários

São destinatários do INOV-SOCIAL os jovens que preencham, cumulativamente, os seguintes requisitos:

- estejam desempregados, à procura do primeiro ou de novo emprego;
- tenham até 35 anos de idade, inclusive, à data de início do estágio, salvo tratando-se de pessoas com deficiência em que não se aplica qualquer limite de idade;
- possuam uma qualificação de nível superior nas áreas de economia, gestão, direito, ciências sociais ou engenharia.

No máximo, são admitidos anualmente 1000 estagiários, sendo assegurada em cada edição do Programa uma quota de 5% da totalidade dos estágios a ser preenchida por pessoas com deficiência que a ele se candidatem.

Entidades beneficiárias

São beneficiárias as instituições da economia social sem fins lucrativos, nomeadamente:

- instituições particulares de solidariedade social ou equiparadas;
- mutualidades;
- misericórdias;
- cooperativas de solidariedade social;
- associações de desenvolvimento local;
- instituições de empreendedorismo social.

São ainda beneficiárias da medida INOV-Social as entidades culturais sem fins lucrativos que exerçam actividades no âmbito social e as associações, federações, confederações e uniões das instituições anteriormente referidas. ●

Candidaturas até dia 30 de Abril de 2010.

[Ver artigo completo](#) ⇨

Entidades que podem beneficiar da consignação de 0,5% do IRS

Está disponível no site das Finanças a listagem das entidades que podem beneficiar da consignação de 0,5% do IRS de 2009.

[Ver lista](#) ⇨

Prémio Igualdade é Qualidade

A Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género (CIG) e a Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego (CITE) atribuem anualmente o PRÉMIO IGUALDADE É QUALIDADE. Este ano, na sua 9.ª Edição, o período de candidatura decorre até 31 de Maio. Podem candidatar-se Empresas e outras Entidades Públicas ou Privadas, Cooperativas, Associações e outras entidades sem fins lucrativos, com Políticas Exemplares da Igualdade entre Mulheres e Homens.

[Ver](#) ⇨ [ou](#) ⇨

Iniciativa Emprego

Aprovada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 5/2010, a Iniciativa Emprego integra um conjunto de 17 medidas que visam estimular a criação de emprego e promover a inserção profissional de desempregados.

[Ver](#) ⇨

Região Norte – novos apoios

O Programa ON.2 – O Novo Norte lançou um concurso de apoios à internacionalização, visando nomeadamente a adesão a redes internacionais, a organização de congressos e a preparação de projectos de cooperação internacional. Poderão candidatar-se, até dia 28 de Maio, municípios, associações de municípios, agências de desenvolvimento regional, associações empresariais e instituições públicas ou privadas sem fins lucrativos.

[Ver](#) ⇨

Governo aprova programa de apoio

O Governo aprovou, através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 16/2010, publicada em Diário da República no passado dia 4 de Março, o Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Economia Social (PADES), visando permitir o acesso a programas específicos de desenvolvimento das actividades de natureza social e solidária às entidades que constituem o sector social: as instituições particulares de solidariedade social, as mutualidades, as misericórdias, as cooperativas, as associações de desenvolvimento local, bem como outras entidades da economia social sem fins lucrativos.

Das medidas previstas no PADES, nas quais o INOV-SOCIAL se inclui, destacam-se as seguintes:

- implementação, durante o 1º semestre do corrente ano, de uma linha de crédito bonificado, no valor de 12 milhões e 500 mil euros, específica para as entidades que integram o sector social, com os seguintes objectivos: investi-

mento no reforço da actividade em áreas existentes ou em novas áreas de intervenção; modernização dos serviços prestados às comunidades; modernização da gestão e reforço de tesouraria; reforço do fundo de manei necessário ao desenvolvimento da actividade; liquidação de dívidas junto de instituições de crédito ou de fornecedores;

- lançamento de um programa nacional de microcrédito, no montante global de 15 milhões de euros, a criar durante o 2º semestre de 2010, destinado a fomentar a criação de emprego e o empreendedorismo entre os indivíduos com mais dificuldades de acesso ao mercado de trabalho, beneficiando, preferencialmente, desempregados que pretendam exercer uma actividade por conta própria, para a qual necessitem de um empréstimo de baixo valor, com o limite máximo de 25 mil euros, e ao qual não consigam aceder nas instituições de crédito; ●

[Ver artigo completo](#) ⇨




inovação
empresarial
no século XXI




A G E N D A

**6, 16, e 27 de Abril 2010
– 0 mês do terceiro sector**

A A3S organiza no Porto durante o mês de Abril três conferências. Dia 6, sobre a Bolsa de Valores Sociais com Celso Grecco e Deolinda Meira; dia 16, sobre Culturas e identidades organizacionais no Terceiro Sector com Jordi Estivill e José Alberto Reis; dia 27, sobre Qualificação e sustentabilidade com vários oradores.


Mais info 

10 de Abril 2010 – 7ª Meia Maratona Fotográfica de Setúbal sobre a “Pobreza e Exclusão Social”

Mais info 

**21 e 22 de Abril 2010
– 3ª edição d’Os Dias do Desenvolvimento**

O Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento (IPAD) escolheu este ano o tema da “Cidadania e Desenvolvimento”. Local: Pavilhão do Rio – Centro de Congressos de Lisboa.

Mais info 

30 de Abril 2010 – A criação de riqueza como forma de combate à pobreza

A Reapn – núcleo de Beja organiza este seminário ibérico no Teatro Municipal Pax Júlia, em Beja. Tem como objectivo dar a conhecer as linhas gerais de orientação para um conhecimento recíproco das formas como se pode combater a pobreza aproveitando a criação de riqueza no Baixo Alentejo por via dos investimentos e das respostas sociais existentes.

Mais info 

É possível criar riqueza dando resposta a necessidades sociais

A Grameen Danone Foods Ltd foi lançada em 2006 quando Muhammad Yunus, fundador do Grameen Bank (pioneiro do micro-crédito), e Franck Riboud, o líder da Danone, decidiram levar iogurte de baixo custo e alto valor nutritivo à população do Bangladesh. Para além de melhorar a alimentação das crianças, a nova empresa, detida a meias, teria como objectivo melhorar as condições de vida das comunidades mais pobres do Bangladesh, através do envolvimento das mesmas na produção, distribuição e venda do iogurte. A primeira fábrica abriu, um ano depois, no Distrito de Bogra. O iogurte é vendido de duas formas: em lojas equipadas com caixas de frio, e porta a porta por mais de 500 Grameen Danone Ladies, uma rede de microempreendedoras formadas pela Grameen Danone.

A Danone fornece o know-how em áreas como a construção e manutenção da fábrica e produção do próprio iogurte, a Grameen entra com o seu conhecimento do ambiente local e a sua impressionante rede. Em face do sucesso, a Danone Grameen tenciona alargar o projecto a todo o país, construindo 50 fábricas até 2020.



Diogo Vasconcelos é Distinguished Fellow e Senior Director da Cisco International (Londres)

Este exemplo de “corporate social innovation” é citado por Gary Hamel e José Fernando Pinto dos Santos no relatório que escreveram para a OCDE sobre “A Nova Natureza da Inovação”. E que nos dizem estes autores? Que, na era industrial, as empresas focavam-se na produção e na maximização do lucro. O que era privado era privado, o que era público era público. Hoje, essa linha de demarcação é posta em causa por empresas capazes de desenvolver novas soluções para os problemas sociais. Não se trata de filantropia: as empresas mantêm o seu focus na procura de novas oportunidades lucrativas. [...] Em suma: houve um tempo em que os temas económicos e sociais eram vistos em separado. A economia produzia riqueza, a sociedade gastava. Na economia do

Século XXI, isso já não é verdade. O que significa que a cartilha ideológica dominante - primeiro produz-se riqueza e depois distribui-se - está obsoleta. É possível criar riqueza e, ao mesmo tempo, dar resposta a necessidades sociais. ●

dvasconc@cisco.com

O que é a inovação social? Pode esta combater a pobreza e a exclusão social?

Carlos Azevedo, Coordenador Geral da UDIPSS-Porto

A Inovação Social é o processo de criação ou reinvenção de respostas sociais com o objectivo de resolver problemas ou satisfazer necessidades sociais e está associada a quatro características:

- Eficácia:** atingir os objectivos a que um determinado projecto ou organização se propõe (ex. combater a pobreza ou a exclusão social);
- Eficiência:** cumprir os objectivos sociais a que se propõe consumindo menos recursos (ex. melhorar a tecnologia utilizada; qualificar a gestão, etc.);
- Sustentabilidade:** fazê-lo de uma forma consistente, constante e contínua, e não pontualmente (pressupõe uma estratégia de longo prazo);
- Replicabilidade/Escalabilidade:** implica que os projectos ou organizações sejam capazes de (1) reproduzir a metodologia noutros contextos; e (2) potenciar o trabalho em rede.

Sabemos hoje que a pobreza e a exclusão social são fenómenos complexos e multidimensionais. Nesta

perspectiva, é intuitivo compreender que um actor isoladamente pouco consegue fazer para os combater. Assim, a Inovação Social tem, com toda a certeza, um papel importantíssimo sobretudo através das sinergias que obriga a criar.

É uma forma mais eficaz e eficiente de lidar com as necessidades sociais através de ideias, estratégias, e processos inovadores e criativos. Este termo é por vezes associado ao empreendedorismo social, que combina ferramentas do mundo empresarial com um forte sentido de missão e visão de forma a garantir maior impacto e sustentabilidade.

Estamos hoje em grande risco de não alcançar as metas traçadas nos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio. A inovação social e o empreendedorismo social fornecem modelos e ferramentas que se canalizados e alavancados de forma eficiente e eficaz poderão de facto ter um impacto enorme no combate à pobreza e permitir uma verdadeira inclusão social. ●



Susana F. Pinheiro, Directora Executiva do Instituto de Empreendedorismo Social

FICHA TÉCNICA

Coordenadora: Raquel Campos Franco

Paginação: Tiago Dias

Newsletter mensal do projecto Impulso Positivo – Vida Económica

Propriedade de Imoedições. Lda (Grupo Editorial Vida Económica)

R. Gonçalo Cristóvão, 14 – 6º • 4000-263 Porto • NIPC: 507037219